

Teto de gastos é aprovado

Com 366 votos, Câmara dá aval à primeira grande medida de ajuste fiscal do governo Temer

MARTHA BECK
marthavb@bsb.oglobo.com.br
CRISTIANE JUNGLUT
crisjung@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA - O governo recorreu a um verdadeiro rolo compressor para aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) 241, que fixa um teto para os gastos públicos, em primeiro turno, no plenário da Câmara dos Deputados. Já no fim de semana, o presidente Michel Temer se empenhou pessoalmente junto aos deputados para defender a PEC. E ontem, com manobras regimentais, a base aliada conseguiu abrir caminho para a votação do texto sem a realização das duas sessões de discussão exigidas no regimento da Casa para que uma PEC seja analisada em plenário após passar por uma comissão especial. Além disso, os ministros Bruno Araújo (Cidades), Fernando Coelho (Minas e Energia) e Marx Beltrão (Turismo, recém-nomeado), foram exonerados dos cargos para reassumirem sua condição de deputados e votarem na Câmara.

Foram 366 votos a favor, 111 contra e duas abstenções. Eram necessários, no mínimo, 308 votos. Por ser uma emenda, depois de analisados os destaques, o projeto ainda terá de ser apreciado mais uma vez no plenário da Câmara. Só depois seguirá para o Senado.

Na mesma força-tarefa, os ministros dos Transportes, Maurício Quintella, e da Saúde, Ricardo Barros, passaram o dia no Congresso defendendo a PEC. Ela prevê que, por um prazo de 20 anos, as despesas públicas só poderão crescer com base na inflação registrada no ano anterior. Ou seja, não terão aumento real. A proposta é considerada a principal medida econômica do governo Temer, que quer mostrar ao mercado um compromisso firme com o reequilíbrio das contas públicas. Logo após a votação, o presidente telefonou a parlamentares para agradecer.

Segundo assessores do relator da PEC 241, Darcísio Perondi (PMDB-RS), Temer disse ao deputado que ele "fez história" e que suas "persistência e garra serão reconhecidas pelas gerações futuras".

PROTESTOS DA OPOSIÇÃO

No domingo, Temer participou de um almoço com líderes da base aliada na residência do deputado Rogério Rosso (PSD-DF). E, em gesto inédito, convidou todos os parlamentares da base para um jantar no Palácio da Alvorada. Ontem, o presidente começou o dia rezando pela aprovação da PEC. Em audiência com o arcebispo do Rio, Dom Orani Tempesta, ele pediu orações para que a proposta passasse em primeiro turno.

Ele (Temer) expôs que está preocupado com a votação. Ele tem a necessidade de colocar o Brasil nos trilhos — disse o cardeal.

A PEC foi aprovada por ampla maioria na Comissão Especial da Câmara na última quinta-feira. Como não houve sessão de debates na sexta-feira, a votação da



Ajuste avança. O relator da PEC 241, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), comemora a aprovação da proposta na Câmara. Michel Temer telefonou aos parlamentares para agradecer

emenda só poderia ocorrer ontem se houvesse a chamada quebra de interstício, permitindo a análise do texto após uma única sessão. Para isso, o líder do governo na Câmara, deputado André Moura (PSC-SE), apresentou um requerimento, aprovado no fim da manhã por 255 votos.

A votação da PEC foi marcada por bate-boca e discussões entre parlamentares da base e da oposição. Até mesmo entre a base houve divergências. Num dos momentos mais tensos, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), cuja bandeira é a defesa de aposentados e servidores públicos, mandou o colega Júlio Lopes (PP-RJ) calar a boca e disse que a base queria votar logo o texto para "pagar" o jantar oferecido por Temer no domingo. Lopes ajudava a segurar uma faixa afirmando "O PT quebrou o Brasil. Nós estamos consertando".

— Iremos resistir e defender o trabalhador brasileiro da PEC, que acaba com os direitos dos servidores públicos — disse Faria de Sá.

A oposição apresentou um vários requerimentos para tentar obstruir a votação.

— É a PEC da Morte, vai acabar com capacidade de o Estado investir em Saúde e Educação — disse o líder do PT na Câmara, Afonso Florence (BA), adotando o slogan de um pequeno grupo de servidores que estava nas galerias.

A líder da minoria na Câmara, deputa-

da Jandira Feghali (PCdoB-RJ), reclamou da estratégia governista e divulgou documento de economistas que contestam os efeitos da economia. Os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) foram à Câmara engrossar o movimento contra a emenda.

— Fico me perguntando como esses deputados dormem à noite — disse Jandira. — É o desmonte do Estado.

O deputado Sílvio Costa (PTdoB-PE), que era aliado do PT na defesa de Dilma Rousseff, anunciou que votaria a favor da PEC e foi vaiado:

— Podem vaia, que eu gosto. Vaia é o aplauso ao contrário.

As discussões em torno do projeto da repatriação também contaminaram o debate sobre a PEC, mas não impediram o andamento da votação.

VITÓRIAS NA JUSTIÇA

A oposição ainda sofreu uma derrota na Justiça. Ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Roberto Barroso rejeitou mandado de segurança para interromper a tramitação da PEC. No pedido, Afonso Florence, Jandira Feghali e o líder do PCdoB, Daniel Almeida (BA), alegavam que a PEC interfere na autonomia administrativa e financeira dos poderes Judiciário e Legislativo, além de violar o direito dos próximos cinco presidentes de

dispor sobre gastos públicos. De acordo com a emenda, a regra do teto se aplica a todos os Poderes e prevê punições em caso de descumprimento. Uma delas é vedar a concessão ou majoração de audiências, vantagens e quaisquer benefícios não remuneratórios a servidores públicos.

No fim da tarde, outra boa notícia chegou ao Palácio do Planalto: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), presidido por Gilmar Mendes, criticou a nota técnica divulgada na última sexta-feira pela Procuradoria-Geral da República (PGR), segundo a qual a PEC seria inconstitucional. "Não é constitucionalmente sustentável que determinados setores do Estado, em nome do princípio da divisão de Poderes, possam se subtrair de sacrifícios que a todos se impõem", afirmou o texto. "Se não for aprovado, este e todos os próximos governos não terão alternativa além de cobrar impostos cada vez mais altos".

Mais cedo, ao participar de um seminário, Gilmar Mendes foi taxativo:

— Não consigo entender o alcance dessa proposta. A União tem que se dividir para pagar os ricos procuradores da República?

As críticas à PEC, no entanto, continuaram. Assim como fez a Associação dos Juizes Federais na sexta-feira, a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais se manifestou contra a proposta, que classificou de "retrocesso".

Opinião

NOS EIXOS

AO NEGAR pedido da oposição para o Supremo suspender a votação da PEC 241, o ministro Luís Roberto Barroso foi certeiro: como não há cláusulas pétreas em questão, o Judiciário não intervirá no assunto; e, de mais a mais, "a responsabilidade fiscal é fundamento das economias saudáveis".

ORA, É prerrogativa exclusiva do Congresso tratar do Orçamento. No caso, para limitar sua expansão sem controle. A decisão de Barroso ainda vai ao exame do Pleno da Corte, mas nada indica que será revista.

RECADO PARA a Procuradoria-Geral da República.